

# A Segurança Internacional do Pós-Guerra Fria sob o Ponto de Vista da Teoria Crítica

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

**Como citar:** PASSOS, R. D. F. A Segurança Internacional do Pós-Guerra Fria sob o Ponto de Vista da Teoria Crítica. *In:* PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 55-90.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-557-5.p.55-90>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# CAPÍTULO 4

## A SEGURANÇA INTERNACIONAL DO PÓS-GUERRA FRIA SOB O PONTO DE VISTA DA TEORIA CRÍTICA

*Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos<sup>1</sup>*

### INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é elaborar um balanço da perspectiva de segurança internacional após a Guerra Fria sob a ótica da Teoria Crítica. Não se pretende explorar todos os enfoques de tal vertente teórica de modo exaustivo. Buscar-se-á uma síntese do tema. Para fins de delimitação, o foco é a linha investigativa da Teoria Crítica voltada para os estudos de segurança, os *Critical Security Studies* (CSS) ou Estudos Críticos de Segurança (ECS). Pretende-se responder às seguintes questões:

- a) Como avaliar à luz dos principais pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos da Teoria Crítica suas análises sobre a segurança internacional no período referido?
- b) Como valer-se de tal referencial para proposições concretas no âmbito da formulação de políticas?

---

<sup>1</sup> O presente texto foi desenvolvido pelo autor como Pesquisador Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no âmbito do Projeto “O Papel da Defesa na Inserção Internacional Brasileira”, no tema “Divisão Internacional do Trabalho na Área de Segurança” entre 2010 e 2011.

<https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-557-5.p55-90>

As hipóteses que nortearão a exposição são:

1. Há uma grande dificuldade por parte dos CSS de definir o conceito de segurança em face da ausência de um estatuto epistemológico claramente definido por parte da vertente teórica referida. A vertente justapõe distintas perspectivas de modo a caracterizar um enfoque eclético. Tal deficiência implica na impossibilidade de arcabouço conceitual teórico coerente para a análise da realidade.
2. As avaliações no tema da segurança internacional por parte dos CSS podem ser resumidas vagamente por uma perspectiva ampla, multidimensional – segurança humana, ecológica, econômica, social, dentre outras – na qual existe uma diversidade de atores no cenário além-fronteiras. Há que se sublinhar o questionamento da centralidade do Estado como ator.
3. As análises dos CSS se coadunam por vezes, com uma perspectiva liberal e com o sentido marxista ou de algum modo tributário do marxismo. Os aspectos normativos (referentes a valores, aspectos morais, éticos, de justiça) decorrentes de tais orientações cobrem um escopo eclético, abrangendo pontos situados dentro das orientações teóricas mencionadas.
4. A adoção de um referencial gramsciano na perspectiva da análise dos CSS remeteria ao entendimento de categorias em contexto não mecânico em face de uma especificidade cultural, social e histórica. Um viés crítico com tal orientação, desprovido de ecletismos colocaria no horizonte a construção de uma nova hegemonia que envolveria, dentre outros pontos, uma perspectiva teórico-prática de segurança. Tal concepção desviaria da ênfase estadocêntrica e da ótica pela qual se separam tradicionalmente os níveis de análise, classificando-os como político, militar, econômico etc.. De modo alternativo, uma proposta crítica e gramsciana de segurança consideraria a perspectiva ampla do quadro social de análise, sem a compartimentalização das distintas dimensões. Ela contemplaria, como ponto de partida, uma totalidade na qual a segurança de certos atores como o Estado, pode significar a insegurança de outros atores, inclusive não estatais. A separação entre segurança e insegurança no todo seria aceitável somente do ponto de

vista metodológico. Em vista de tal totalidade, somente a avaliação desse quadro mais amplo com a segurança de uma parte com a contraparte da insegurança de outra pode ser avaliada e usada para fins de formulação e avaliação de políticas.

A exposição será dividida em três partes. A primeira contemplará um esboço do estatuto epistemológico dos CSS e suas dificuldades do ponto de vista da formulação mais precisa de um conceito de segurança. A segunda parte abordará alguns dos principais enfoques dos CSS sobre o tema em pauta a partir de uma classificação que comporta: a) enfoques tributários, derivados ou inspirados no marxismo b) abordagens feministas; e c) análises liberais. Tal subdivisão englobará abordagem dos mais diversos temas, incluindo aí diferentes questões<sup>2</sup> que compõem a segurança internacional como também distintas regiões do globo. A justificativa de tal agrupamento e tal escolha está em ponto que será desenvolvido e defendido de modo mais robusto na terceira parte do texto. A despeito de problemas constatados na literatura estudada dos CSS, não se pode prescindir de uma visão global, totalizante. Por outras palavras, tanto quanto possível, separa-se os temas da segurança e de sua contrapartida, a insegurança, apenas para fins metodológicos, de estudo e pesquisa. Uma região, Estado ou ator inserido numa situação de segurança o é às expensas de outros que estão em quadro de insegurança. A avaliação do quadro de segurança e insegurança por temas e regiões do globo separadamente é apenas um recurso metodológico em face do imperativo de uma visão de totalidade, isto é, não se pode prescindir da visão do todo referente ao tema. Trata-se de uma exemplificação necessária com vistas a uma posterior proposição de contextualização teórico-prática com a devida acuracidade no âmbito dos ECS. Para se chegar a tal proposição, deve-se partir dos principais exemplos disponíveis na literatura no que refere aos CSS. Por outras palavras, trata-se de ma escolha que prepara o argumento ulterior desse texto para a proposição de políticas. Não se trata de efetuar simplificação fixando-se em rótulos, mas sim de buscar uma compreensão mais adequada de diferentes abordagens dos ECS em vista da vagueza e ausência de precisão conceitual nos enfoques disponíveis. Uma terceira parte buscará a proposição de uma definição no âmbito dos ECS a partir de uma perspectiva gramsciana que

<sup>2</sup> Uma boa parte das análises por regiões e temas está disponível no livro *Critical security studies: concepts and cases* (KRAUSE; WILLIAMS, 1997).

não tenha o ecletismo como uma deficiência ou dificuldade. Uma quarta parte resumirá os principais argumentos e apontará conclusões.

O presente trabalho evitará usar para a análise do tema da segurança fontes que não se situem de modo explícito nos CSS ou ECS. Na pior das hipóteses, usará como fonte autores assumidamente localizados no âmbito da Teoria Crítica. A justificativa é buscar evitar o aumento das dificuldades teóricas e de análise, ponto que será melhor explicado adiante. Outra razão remete à tentativa de melhor circunscrever o campo de trabalho sobre o qual esse texto incide.

## **1 UM BREVE ESBOÇO SOBRE O ESTATUTO METATÉORICO E METODOLÓGICO DOS CSS**

O objetivo desta seção é abordar sumariamente aspectos das principais definições da Teoria Crítica, elementos epistemológicos – da natureza do conhecimento ou da teoria, ou ainda a teorização sobre a teoria, o que é chamado de “metateoria” – e consequências conceituais e de método a partir destas formulações.

“Teoria Crítica” foi o nome inicialmente designado a vertente marxista identificados com um grupo de pesquisadores abrigado no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt nos anos 30 do século XX. Daí também a alusão a tal grupo como “Escola de Frankfurt”. Os principais expoentes da primeira geração da vertente em questão foram os filósofos Theodor Wiesengrund Adorno e Max Horkheimer.

Qual o sentido de “crítica” ou “crítico” quando se aborda a vertente teórica em análise no presente estudo? Seria aquela dos filósofos frankfurtianos? Ou seria de acepção filosófica distinta? Como será observado abaixo, em que pese haver uma afinidade entre a proposta lançada por Cox e a proposta teórica de Adorno e Horkheimer, essa temática não foi tratada em texto no qual Robert W. Cox lançou as bases definidoras da Teoria Crítica das Relações Internacionais (COX, 1981).

A partir de 1981, houve uma miríade de enfoques abrigada sob o rótulo “Teoria Crítica” sem a preocupação do que e como seria a abordagem “crítica” em questão. Distintas abordagens aparecem identificadas

com tal vertente. Cosmopolitas, habermasianos (LINKLATER, 2001) neogramscianos, neomarxistas (GILL; LAW, 1989; MURPHY, 1998; RUPERT, 1995), construtivistas, pós-modernos (PRICE; REUS-SMITH, 1998, p. 260, 264, 266, 267, 272), foucaultianos (GILL, 1995), feministas (WHITWORTH, 1994) são exemplos da mesma teoria “crítica”, tratam do mesmo problema, da mesma questão? São todos parte de uma teoria sintética e sistemática? Por outras palavras, todos tratam da construção do conflito e das percepções de segurança no âmbito internacional em perspectiva material e social sob as mesmas bases, como é comumente apresentado pela Teoria Crítica? Evidentemente que não.

Não se pode entender “Teoria Crítica” na perspectiva de um rótulo vago de modo a nada ou pouco explicar. Não se pode entender a problemática em pauta recorrendo àquilo que Pierre Rosanvallon (1995, p. 15-16) chamou em perspectiva muito particular de uma fraqueza metodológica tipologista. A perspectiva da Teoria Crítica das Relações Internacionais não oferece um traço distintivo tampouco uma consistência teórica que permita diferenciar substantivamente sua abordagem em termos de uma definição de segurança e uma concepção teórico-prática expressadora de sua peculiaridade. Incorre em ecletismo que cria enorme número de dificuldades. Tampouco o rótulo dos ECS pode servir de parâmetro para uma compreensão substantiva. Faz-se necessário entender o conteúdo de tendências relevantes além do rótulo mencionado.

O termo “crítica” é um rótulo vazio. O que isso significa? Uma avaliação ou formulação teórica não pode incorrer naquilo que se entende como ecletismo. Define-se ecletismo como uma deficiência teórico-metodológica que confunde sistemas conceituais e categorias que possuem pontos divergentes entre si.

Dito de outra forma, o

[...] uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados. A ocorrência do termo sem definição que reduzisse ou eliminasse a sua ambiguidade, não permitiria saber a qual de vários conceitos possíveis está associado. Inadvertidamente, muitas vezes, utiliza-se o sinal que expressa o conceito, mas não o próprio conceito. O discurso torna-se vazio ou obscuro sem que o cientista social perceba que a sua linguagem pode dificultar a comunicação. Se tal ocorrência é grave ao nível da teoria, será gravis-

sima em nível metateórico ou meta-sociológico. Neste caso os conceitos metodológicos desprovidos de suas características limitar-se-ão a nomeações e classificações rituais de posturas sem qualquer influência nas estratégias de investigação, o que é comum em textos produzidos por autores desprovidos de treinamento metateórico. Termos vazios de significado não podem funcionar como instrumental de reconstrução teórica ou metodológica. Esta é uma caracterização, diremos que, formal do ecletismo. (OLIVEIRA FILHO, 1995, p. 263).

Na mesma linha de raciocínio, o autor citado resume o ecletismo: “todos os problemas podem ser trabalhados com uma teoria sintética e sistemática ou todas as teorias podem tratar do mesmo problema.” (OLIVEIRA FILHO, 1996, p. 84-85).

Todas as distintas abordagens já mencionadas remetem a Cox como referencial teórico da Teoria Crítica. Tal referência não apontaria justamente as fraquezas do ecletismo já mencionadas?

Um exemplo permitiria compreender o alcance dos limites de tal ecletismo. Será percorrida uma linha de raciocínio versando sobre dois autores considerados basilares para a Teoria Crítica, tal como definida por Cox: Max Horkheimer e Antonio Gramsci.

Há significativa literatura que aponta a influência do enfoque filosófico da Escola de Frankfurt na definição da Teoria Crítica das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005a, p. 138-139; HALLIDAY, 1999, p. 67; JAHN, 1998, p. 616-617; MORTON, 2003, p. 153-154; PUGH, 2004, p. 40).

Tome-se algumas das formulações basilares de Robert W. Cox nesse sentido. A Teoria Crítica estaria dotada de uma historicidade, de uma perspectiva de totalidade que não restringe o número de variáveis para a compreensão dos distintos processos e seria imbuída de um propósito transformador. As características mencionadas se oporiam àquelas das teorias mais tradicionais, por ele chamadas de *problem-solving*, teorias desprovidas de historicidade, com pequeno número de variáveis e uma visão parcial dos processos em análise, além de um caráter “neutro”, “objetivo”, “científico” (COX, 1981, p. 128-130).

Tais teorias seriam identificadas predominantemente com a abordagem neorealista (WALTZ, 1979, 2011) e neoliberal institucionalista (KEOHANE; NYE, 1989).

As características elencadas pelo ex-chefe da Divisão de Programa e Planejamento da Organização Internacional de Trabalho (OIT) são análogas àquelas formuladas pelo filósofo alemão Max Horkheimer em texto seminal sobre os fundamentos epistemológicos da Teoria Crítica escrito em 1937. *Grosso modo*, a Teoria Crítica daria sentido histórico ao seu diagnóstico em contexto mais amplo da totalidade social e seria atrelada a um propósito emancipador, transformador. Ela se oporia à teoria tradicional, enfoque típico das ciências naturais, na medida em que essas se afastariam da perspectiva histórica, fariam rígida cisão entre as partes metodológica, teórica e experimental sem uma relação com a perspectiva de uma práxis emancipadora e a totalidade social (HORKHEIMER, 1991, p. 33, 44, 46-49, 57).

Além das formulações de Horkheimer, Gramsci é outro autor de relevo na caracterização do construto teórico. A hegemonia tal como tratada pelo autor italiano seria relevante para a análise histórica das forças e processos sociais, das instituições no interior dos Estados – no âmbito da Sociedade Civil - e fora deles, das ideias e capacidades materiais que se relacionam à combinação de elementos de coerção e legitimação pelo consenso (COX, 1981, p. 132-134).

Uma ressalva pode ser elencada a partir dessa linha de raciocínio. A despeito de Horkheimer e Gramsci serem marxistas, diferem no que concerne à construção de um conhecimento crítico. Têm, portanto distintas formulações epistemológicas.

O primeiro vê a impossibilidade de construção de um conhecimento crítico, integrador entre teoria e práxis, por parte dos especialistas, cientistas ou quem quer que seja enquanto existir o modo capitalista de produção da vida. Tal conhecimento crítico, como unidade entre práxis e teoria, só pode ser concretizado na medida em que houver uma transformação coletiva emancipadora – a verdadeira libertação do gênero humano sobre a qual não se deixa claro como alcançá-la e o que ela seria nesse

contexto específico<sup>3</sup> - que supere todas as tensões e contradições desumanizadoras da sociedade, a despeito de tal perspectiva por meio de uma via revolucionária estar historicamente bloqueada no contexto dos anos 30 do século XX. (HORKHEIMER, 1991, p. 46-49).

O segundo vislumbra uma perspectiva revolucionária e socialista para a construção de uma sociedade que supere o modo capitalista de vida – chamada eufemisticamente de “civilização total e integral” (GRAMSCI, 1975, p. 1434) - em seu horizonte histórico e vê a possibilidade de construção de uma nova hegemonia coerente com tal nova realidade. A hegemonia em termos gramscianos seria a organização do consenso e de uma verdadeira concepção de mundo originada de uma classe social, fração de classe ou grupo no âmbito da sociedade civil nas perspectivas econômica, ético-política, moral, cultural e intelectual. Construir tal hegemonia aceitaria partir do senso comum com a perspectiva de superá-lo. Construir um conhecimento crítico no sentido gramsciano como nova hegemonia implicaria considerar todas as distintas formas de conhecimento, inclusive o senso comum, o misticismo, a religião como uma perspectiva teórico-prática indissolúvel, mesmo com limites. A nova hegemonia da “civilização total e integral” também seria uma unidade entre teoria e prática.

Observa-se clara diferença no estatuto epistemológico defendido por dois autores justapostos de modo incurado no argumento da fundamentação da Teoria Crítica. Gramsci vislumbra uma unidade teórico-prática mesmo na hegemonia, na visão de mundo não identificada com a filosofia da práxis, termo usado por Gramsci para referir ao marxismo. Isso significa contemplar uma visão de mundo que aceite elementos não marxistas, por exemplo, no âmbito do senso comum, da religião, do misticismo. O progresso que envolva a construção de uma nova hegemonia, coerente com a sociedade socialista, leva em conta tais elementos. É possível, mesmo com limites, vislumbrar um progresso de uma visão de mundo calcada no senso comum, misticismo, religião para uma nova hegemonia

<sup>3</sup> Ponto apontado como uma dificuldade dos enfoques dos CSS no que refere à relação com o tema da segurança no debate com os enfoques tradicionais (VILLA; REIS, 2006, p. 29). Sob o viés dos CSS, consultar a respeito Williams (1999, p. 342-3). Um dos expoentes dos CSS, Michael C. Williams afirma neste último texto referenciado à página 343, conforme minha tradução: “A questão de como ligar esta prática intelectual efetivamente a estruturas sociais mais amplas nas quais elas mesmas estão em um processo de transformação não está claro por nenhum meio”. No original, o excerto está assim formulado: “The question of how to link this intellectual practice effectively to broader social structures which are themselves in a process of transformation is by no means clear”.

no contexto da sociedade integral e total como uma produção crítica de conhecimento (GRAMSCI, 1975, p. 1385-1386). De modo diferente, Horkheimer não vê identificação entre teoria e empiria nos marcos de uma sociedade capitalista tampouco a possibilidade da construção de um conhecimento ou teoria crítica no âmbito dos laboratórios, das universidades ou dos *loci* de produção científica e acadêmica. Cox não dá nenhuma indicação do caráter crítico da teoria que pretende empreender: se aquele de Horkheimer ou o de Gramsci. Tampouco pensa as consequências teóricas e metodológicas do caráter da “crítica” a ser concretizada em termos de duas categorias centrais respectivamente a Horkheimer e Gramsci: emancipação e hegemonia<sup>4</sup>.

Tal justaposição indevida de autores com perspectiva epistemológica distinta é uma amostra do grau dos problemas que deveriam ser enfrentados mas não são sequer cogitados pelos autores e seguidores da proposta de Cox<sup>5</sup>.

Algumas questões centrais deveriam ser enfrentadas com vistas à temática da segurança. Um ponto basilar da Teoria Crítica, a transformação, pode ser contemplada na avaliação da segurança? Se a historicidade em termos de singularidade é central sob tal ótica, como seria a avaliação da hegemonia e da emancipação na sua relação com a segurança? Sendo segurança um conceito originário de uma perspectiva hobbesiana ahistórica<sup>6</sup> e das abordagens mais tradicionais das Relações Internacionais, como justificar sua abordagem em termos efetivamente comprometidos com a

<sup>4</sup> Foi desenvolvido em outro momento de modo mais aprofundado e detalhado o raciocínio referente à justaposição feita por Cox de estatutos epistemológicos incompatíveis entre si de Gramsci e Horkheimer no âmbito da Teoria Crítica das Relações Internacionais (PASSOS, 2011).

<sup>5</sup> O conhecimento superficial da obra de Antonio Gramsci pelos expoentes da Teoria Crítica e dos ECS é atestado em diferentes momentos. A título de mais uma exemplificação, Cox (2002, p. 28) e Ken Booth (1997, p. 107) entendem a categoria de intelectual orgânico como a de intelectual engajado, mentor de movimentos sociais e partidos políticos. Deve-se valer de uma perspectiva mais rigorosa. O conceito em questão remete somente àqueles intelectuais que são fundamentais à organização, ao caráter orgânico, à produção, reprodução de uma sociedade ou dado modo de vida e de uma certa classe social. Deve-se lembrar que todos os homens são intelectuais para Gramsci e não apenas aquele que trabalham nas universidades e laboratórios (GRAMSCI, 1975, p. 1513-1551).

<sup>6</sup> Considera-se “história” em termos marxistas e marxianos no sentido de que não é possível repetir fatos e ciclos mecanicamente como normalmente o fazem as formulações realistas e neorealistas com relação ao equilíbrio de poder como princípio explicativo dos momentos de paz. A ênfase recai sobre a especificidade e particularidade dos fatos para entender efetivamente uma avaliação histórica, inclusive para configurar eventualmente uma conjuntura como caracterizada por um equilíbrio de poder. Não é compatível com o entendimento de história aqui assumido a criação de uma categoria abstrata e jamais concretizada como o estado de natureza de Hobbes para servir de um parâmetro de análise para o além-fronteiras.

transformação do *status quo*? É válido - e em que termos se a resposta for afirmativa - conceito como o de segurança que, em última instância, tem uma referência estatal por oposição a uma perspectiva crítica marxiana que justamente questiona o Estado na perspectiva de uma sociedade emancipada e livre de todas as reificações ou desumanizações?

Uma amostra dessa confusão aparece na tentativa de definição de emancipação no âmbito dos ECS por Ken Booth (2008, p. 264):

[...] Em outras palavras, emancipação diz respeito à liberdade da opressão material, liberdade da ignorância e das mentiras, e liberdade da tirania política e da exploração econômica. A idéia da emancipação não é difícil de entender, nem a consciência que está por trás dela. Thomas Hobbes, usualmente identificado como o frio filósofo do medo e da necessidade no nosso campo, argumentou: ‘A segurança das pessoas é a lei suprema’. Mas depois ele adicionou, ‘por segurança se deve entender não a mera sobrevivência em qualquer condição, mas uma vida feliz na medida em que isso seja possível’. As RI dizem respeito à sobrevivência, mas deveriam também tratar da emancipação – criando as condições nas quais nós todos podemos (e não somente os poderosos) viver nossas vidas pública e pessoal com espaço para o amor, o riso, a música, a dignidade e uma boa refeição.

Pergunta-se: que critério permitiria identificar uma analogia com o raciocínio de Hobbes para tomar aspectos da definição de emancipação? Se o próprio Ken Booth entende que emancipação é central para a Teoria Crítica assim como o poder o é para o realismo (BOOTH, 2008, p. 64), por que poder-se-ia tomar um autor como Hobbes que dá algumas bases aos enfoques tradicionais para definir um conceito cuja origem é marxiana? Se a apropriação do termo “emancipação” é feita numa chave liberal, essa assertiva deve ser enunciada<sup>7</sup>.

Um raciocínio semelhante de Booth aparece em outro momento na defesa de uma “teoria prática” da segurança global ligada à emancipação entendida como um “realismo emancipatório”. Algumas idéias centrais ao realismo emancipatório têm uma funcionalidade equivalente à lógica da anarquia no realismo político (BOOTH, 2007, p. 249). Uma amostra de idéias centrais seria composta por tais formulações: as possibilidades con-

<sup>7</sup> Não se quer de modo algum sugerir de forma ahistórica ou anacrônica ou *ex post facto* que Hobbes seja um autor liberal.

cretas existentes de emancipação e a luta e esperança em torno delas; o entendimento de que a luta por um mundo melhor não é um processo com um ponto final; a necessidade de se romper com o tradicional dualismo entre fins e meios típicos da abordagem de Maquiavel e Clausewitz, isto é, uma mudança substantiva da realidade como fim (mais especificamente, um mundo pacífico, justo, cooperativo) demanda meios coerentes, da mesma natureza (também pacíficos) por parte dos governos e, mais facilmente, dos indivíduos éticos e virtuosos. Só se torna virtuoso ao agir como tal em conformidade com a formulação de Aristóteles (BOOTH, 2007, p. 247-256).

Pergunta-se novamente: quais os termos da referida funcionalidade equivalente? Será o indivíduo um ente ou ator coerente com a transformação coletiva preconizada pelas abordagens marxistas? Como prescrever meios e fins de uma certa feição numa chave marxista sem a avaliação das condições materiais objetivas e específicas? Como justapor todo o raciocínio citado com teses aristotelianas? Há indícios de um ecletismo que justapõe elementos marxistas e liberais, dentre outros, na mesma linha de raciocínio.

Outro exemplo do ecletismo referido está em uma das abordagens de um dos principais expoentes dos ECS, Keith Krause (1998, p. 298-299). A longa passagem abaixo é reproduzida porque reafirma pontos já expressados nesse texto e reveste de lastro a vagueza e ausência de precisão teórica e conceitual já abordada<sup>8</sup>:

Eu deveria, contudo, registrar uma advertência preliminar e um esclarecimento. Primeiro, o uso do termo ‘ crítico ’ como um guarda-chuva para descrever todos os trabalhos que caem fora do paradigma racionalista (neoliberal e neorealista) causa alguma violência às origens intelectuais do termo, na tradição germânica da crítica associada com

<sup>8</sup> O trecho original citado é o seguinte: “I should, however, register a preliminary caveat and a clarification. First, the use of term ‘critical’ as an umbrella to describe all work that falls outside the rationalist (neoliberal and neorealist) paradigm does some violence to the intellectual origins of the term, in the German tradition of critique associated with contemporary thinkers such as Jürgen Habermas. This tradition does *not* include the radically different ideas that emerge from post-structuralist or post-modernist projects (and, in fact, it is resolutely modernist in its rejection of them), but does present an alternative to rationalist social science”. [...] “Second, my audience for this article is *not* the scholars working in a broadly critical tradition, but rather those schooled in other traditions who are willing to engage in a discussion of the scope and nature of international security studies. Hence, in what follows I do not attempt to arbitrate the divergent claims that are made by critical scholars, I simplify some aspects of their project, omit others, and lump still others together in ways that might not be acceptable to all concerned. Needless to say, I have not asked the permission of scholars to categorize their work as ‘critical’, and perhaps not all would accept being treated under this label. But since critics are actively engaged in labeling of their own, I do hope at least to demonstrate that there is much high quality research that can be broadly termed ‘critical’, that it is capable of expanding our understanding of world politics, and that it needs to be understood on its own terms as presenting a serious alternative or complement to rationalist, neorealist scholarship in security studies”.

pensadores contemporâneos como Jürgen Habermas. Essa tradição não inclui as radicalmente idéias diferentes que emergem dos projetos pós-estruturalistas ou pós-modernos (e, de fato, é resolutivamente moderna na rejeição deles), mas sem dúvida apresenta uma alternativa à ciência social racionalista. [...] Segundo, meu público deste artigo *não* são os pesquisadores que trabalham em uma tradição crítica ampla, mas sim aqueles ligados a outras tradições que estão querendo engajar-se em uma discussão do escopo e da natureza dos estudos de segurança internacional. Assim, no que segue eu não tento arbitrar os argumentos divergentes que são feitos pelos pesquisadores críticos, eu simplifico alguns aspectos de seus projetos, omito outros, e agrupo outros de modo que não seria aceitável por todos os envolvidos. Desnecessário dizer, eu não pedi permissão aos pesquisadores para classificar seu trabalho como ‘crítico’, e provavelmente nem todos aceitariam serem tratados sob este rótulo. Mas já que os críticos estão ativamente engajados em fazer rótulos por conta própria, eu espero de fato ao menos demonstrar que há pesquisa de muito alta qualidade que pode ser nomeada amplamente ‘crítica’, que é capaz de expandir nossa compreensão da política mundial, e que precisa ser compreendida em seus próprios termos como introdutora de uma séria alternativa ou complemento às escolas racionalista e neorealista de estudos de segurança.<sup>9</sup> (KRAUSE, 1998, p. 299-300, tradução nossa, grifo do autor).

Para que não pare qualquer tipo de dúvida, Michael C. Williams e Keith Krause, importantes nomes dos ECS, sustentam que<sup>10</sup> “[n]ossa apropriação do termo *crítico* para *os estudos de segurança* intenciona implicar mais do que uma orientação da disciplina do que um rótulo teórico preciso [...]” (KRAUSE; WILLIAMS, 1997, p. X, tradução nossa, grifo do autor).

<sup>9</sup> Os projetos pós-estruturalistas mencionados no trecho são entendidos como aqueles que vêm de modo crítico as relações internacionais na chave das diferentes e tradicionais representações sobre o tema: a anarquia, o gênero como viés das relações de poder, a globalização, o capital financeiro, a intervenção humanitária. Também não se coloca claramente com uma proposta que permita entendê-lo no debate entre as diferentes abordagens teóricas, mas se situa no contexto mais amplo das teorias sociais críticas. Haveria uma afinidade de tal abordagem com a Teoria Crítica, com o feminismo e o pós-colonialismo (CAMPBELL, 2007, p. 204-206). É possível observar também fortes indícios da dificuldade relacionada ao ecletismo na vertente abordada. No que concerne ao pós-modernismo, sua preocupação nas relações internacionais se volta para a desconstrução no âmbito da ontologia, da epistemologia e do poder e da autoridade que permeiam a imposição de interpretações autoritárias nessa área de conhecimento no que refere à construção do nexos conhecimento-poder e a genealogia dos discursos nestes contextos. Questiona também as bases da territorialidade, do Estado soberano e do político, colocando a ênfase em atores que atuam fora e para além do escopo das fronteiras (DEVETAK, 2005b, p. 161-187).

<sup>10</sup> A reprodução do trecho original: “[o]ur appending of the term *critical* to *security studies* is meant to imply more an orientation toward the discipline than a precise theoretical label [...]”.

Completaria a definição dos CSS o entendimento das ameaças não serem na sua maior parte originárias das políticas de segurança dos Estados. Elas se relacionam a outras causas: colapso econômico, agressão política, penúria e pobreza, excesso de crescimento populacional, destruição da natureza, terrorismo, crime e doença. Tais seriam as ameaças ao bem-estar dos indivíduos e aos interesses dos Estados.

Em face dessa constatação, seria impossível abarcar tamanho universo do amplo escopo rotulado como *Critical Security Studies* ou Estudos Críticos de Segurança pelos autores mencionados. Por isso, é adotado o critério de considerar como pertencente a tal vertente teórica somente aquelas contribuições que efetiva e explicitamente se identificam com a escola referida. Portanto, a análise focará trabalhos claramente identificados com os CSS ou ECS como referencial teórico ou, na pior das hipóteses, associados explicitamente com a Teoria Crítica das Relações Internacionais. Do ponto de vista metodológico, pretende-se evitar maiores anacronismos com a adoção deste critério. Por outras palavras, apreender uma formulação ou análise fora de seu contexto histórico e teórico. Outro ponto que se pretende evitar é um eventual paroquialismo: o deslocamento da compreensão de uma elaboração para fora de seu contexto histórico e teórico específico enquadrando-a em sistema conceitual que lhe é estranho.

A enorme “amplitude”, para não dizer ecletismo, permite alinhar como “crítica” uma série de enfoques que se opõem de alguma maneira às abordagens basilares de Kenneth Waltz (1979, 2001) e seus seguidores, pelo lado do neorealismo e Nye e Keohane (1989) e seus adeptos, pela perspectiva neoliberal. Essa dificuldade coloca obstáculos no sentido de propor uma discussão metodológica mais substancial, ainda que se considere a diversidade dos objetos como ponto que antecede a especificidade de método. Entender inúmeros enfoques dentro do mesmo “guarda-chuva” tem efeito contrário. Não a adequação à especificidade do objeto, mas justamente a impossibilidade de entendê-lo, já que remetem às deficiências que caracterizam o ecletismo: uma abordagem sistemática do mesmo tema e um conjunto de teorias que tratam do mesmo problema, sejam eles a crítica ao neorealismo ou neoliberalismo, seja a construção social ou material dos aspectos relevantes das relações internacionais, da percepção das ameaças e, portanto, da própria segurança internacional. Todos esses pontos

convergem para entendimentos mais adequados de bem-estar e segurança humana (KRAUSE; WILLIAMS, 1997).

## 2 A SEGURANÇA INTERNACIONAL SOB A ÓTICA MARXISTA E TRIBUTÁRIA DO MARXISMO

Embora Cox seja normalmente rotulado como “marxista” ou “neomarxista”, o próprio autor nega tal filiação e se define apenas como tributário do marxismo (COX *apud* SCHOUTEN, 2009). Assim, entende-se e defende-se a partir do presente texto serem os enfoques que se baseiam mais explicitamente no autor canadense como tributários do materialismo histórico. Em que pese algum tipo de relação com o temário marxista na elaboração de Cox, não se percebe a centralidade da questão da luta de classes tampouco as questões que incidem sobre a análise histórica do modo capitalista de vida e sua superação. Mesmo que um dado enfoque não seja marxista, o critério aqui adotado para considerá-lo tributário dessa perspectiva será o modo como lida com a perspectiva de emancipação. Aqueles autores que virem a possibilidade de uma realização da emancipação nos marcos do *status quo* vigente, atual, serão considerados liberais. Os que se opuserem a esse horizonte, ainda que de modo vago e mesmo em termos de uma análise não marxista, serão considerados tributários da orientação do materialismo histórico.

O objetivo deste tópico é tratar de algumas análises à luz desses dois eixos.

### 2.1 Os Estados Periféricos

Duas perspectivas serão apresentadas. Uma a respeito dos “Estados párias” e uma visão mais geral sobre o assim chamado “Terceiro Mundo”.

A primeira é de autoria de Pinar Bilgin e Adam David Morton (2002). Este último, Adam David Morton, provavelmente o único representante marxista no âmbito das análises dos CSS. A reflexão referida questiona o *status* atribuído a determinados Estados periféricos como “páreas”, “fálidos” e qualificações congêneres pelas principais vertentes da ciência política e das relações internacionais. Tais representações podem ser ques-

tionadas à luz do conjunto dos Estados: os assim chamados “falidos” e os demais. Questões de grande relevo devem ser consideradas. Quem ou o que levou à situação dos Estados “páreas”? Como o conjunto global dos Estados se liga à situação dos Estados “falidos”? Como a dinâmica do capitalismo global proporciona áreas seguras e áreas inseguras?

Bilgin e Morton (2002) também tomam por base a noção gramsciana de Estado integral, que leva em consideração não somente o aparato estatal-coercitivo mas a sociedade civil, as relações econômicas, sociais e políticas ligadas aos aparatos privados de hegemonia (no sentido gramsciano já explicado) como escola, igreja e mídia. Ao levar em consideração essa perspectiva ampliada do Estado, é possível apreender uma gama de redes informais que eclipsam o Estado em tais situações bem como a relação de forças e relações existentes nos Estados referidos envolvendo classes e grupos. Os senhores da guerra e as redes patrimoniais em países africanos nos quais surgiram sérias ameaças à segurança seriam exemplos dos termos adotados pelos autores. Ademais, tal abordagem vê o Estado não em forma fixa e homogênea, mas em perspectiva histórica específica e no campo de seus conflitos internos (BILGIN; MORTON, 2002, p. 68-74).

A segunda análise sobre o tema, de Amitav Acharya, aborda os assim chamados Estados do “Terceiro Mundo”. O autor identifica semelhanças econômicas, políticas e sociais entre os tradicionalmente assim chamados Estados do “Terceiro Mundo” da Ásia, África e América Latina e os novos Estados dos Balcãs, Cáucaso e Ásia Central.

As questões relacionadas ao excesso populacional, à ausência de coesão e integração nacional, à degradação ambiental, às crises econômicas, à escassez de recursos, fragmentação étnica afetam muito mais os Estados periféricos do que as economias centrais desenvolvidas e são um ponto central para a análise da segurança como um todo em tais Estados. Os resultados das diretrizes ditadas aos Estados pelo Fundo Monetário Internacional, a disputa pelo controle de recursos naturais e o impacto da degradação ambiental sobre o crescimento econômico com efeitos de descontentamento populacional seriam um exemplo. Os Estados africanos em suas crises a partir dos motivos citados seriam outro exemplo, ponto agravado com as orientações impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Há evidências para entender os conflitos nesses Estados como predom-

minantemente regionais em sua origem e escopo em todas essas múltiplas dimensões; assim o eram desde a Guerra Fria e deverão continuar mesmo com o fim da bipolaridade. A disputa territorial entre Equador e Peru seria exemplar nesse sentido. O fim da confrontação entre Estados Unidos e União Soviética não resultou em efeito uniforme em tais países. Veja-se o caso da instabilidade africana por oposição à estabilização do Sudeste Asiático com o fim do conflito cambojano. Outras áreas de instabilidade importante na periferia (ACHARYA, 2002, p. 302, 308-312, 317).

Três áreas de tensão Norte-Sul são elencadas:

- a) Um certo ressentimento com relação aos Estados Unidos na intervenção do Golfo Pérsico nos anos 90, vista na periferia como uma decisão estadunidense amparada primariamente em seu poder militar, ainda que tenha havido respaldo da ONU.
- b) A intervenção armada, ainda que declare objetivos humanitários, no âmbito de missões autorizadas pela ONU. Há a percepção de um imperialismo reciclado por trás de tais ações.
- c) O controle de armas e a não proliferação, percebidos como a aplicação seletiva e de natureza discriminatória por parte do Norte para impedir o acesso de tecnologia militar aos Estados do Sul (ACHARYA, 2002, p. 307-313).

O tópico da proliferação nuclear e das armas de destruição em massa será abordado a seguir sob outra ênfase.

## **2.2 A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR E DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA**

A construção social da ameaça – no âmbito do discurso - da proliferação nuclear e de armas de destruição em massa é o núcleo da elaboração de David Mutimer.

Sua análise sublinha que o cerne do argumento da não proliferação nuclear sob o ponto de vista das principais potências acoberta outros interesses. O principal objetivo nesse caso não é a proliferação. Isto é, espalhar a tecnologia de armas nucleares dos que as possuem para os que não as detêm. O cerne da questão é o desarmamento e o papel que o Acordo

de Não Proliferação Nuclear joga em favor dos Estados do Norte numa extensão ilimitada. O fornecimento de suprimentos, como combustível por parte dos países industrializados, para instalações nucleares e o caráter discriminatório do Acordo de Não Proliferação Nuclear em favor das potências pioneiras nessa área evidenciam o problema.

Enfatiza que o âmbito do discurso omite aspectos políticos fundamentais: fatores políticos, econômicos, estruturais levam Estados a produzir a tecnologia de tais armas. Não são as armas que se proliferam, como sutilmente o tema é sempre apresentado, mas os agentes humanos e sociais que o fazem. Tais perspectivas são, por vezes, conveniente e banalmente excluídas da maneira como o discurso constrói as ameaças neste plano (MUTIMER, 2002, p. 203-216).

### 2.3 O ORIENTE MÉDIO

Uma abordagem tributária do marxismo é aquela de Bilgin (2004). Sua análise tem indícios de questionamento da governança global, sem ver no cenário global mais amplo uma concretização da emancipação.

Bilgin questiona justamente as abordagens estadocêntricas tradicionais sobre o tema da segurança na região e enfatiza a necessidade da análise no âmbito da sociedade civil naquela região.

Em primeiro lugar, há que se lembrar o caráter etnocêntrico (viesado em ótica cultural e de referencial de mundo específico, sem universalidade) da construção de uma perspectiva de Oriente Médio e com a referência da Europa no centro do mundo. Tal é o olhar do geopolítico do poder naval e almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan. Ele cunhou a expressão “Oriente Médio” no início do século XX (BILGIN, 2004, p. 32).

Em segundo lugar, há que se lembrar o significado dos conflitos na região no contexto pós-11 de setembro justamente para além das percepções de ameaças por parte dos governos de Estados relevantes naquele contexto: Estados Unidos, Israel e Egito. Esses Estados enxergam ameaças nas organizações terroristas em face de seu discurso contrário ao *status quo* e suas ações violentas. Sob as lentes de alguns povos da região, elas funcio-

nam como agentes de segurança o proporcionar serviços de assistência em face da ausência estatal.

O caráter fundamentalista de tais organizações significa uma ameaça às mulheres em alguns países. A perspectiva conservadora com que se vê a mulher, confinada à esfera doméstica e submetida a inúmeras formas de discriminação e violência é ponto a ser considerado aqui.

A passagem abaixo resumiria o diagnóstico de Bilgin sobre as visões concernentes à segurança da região<sup>11</sup>:

Em resumo, embora a perspectiva islâmica traga uma contribuição que critique as abordagens *top-down*<sup>12</sup> e estatista de segurança, ela ainda é afetada por uma concepção de segurança que é direcionada para aquelas nas quais as ameaças aos muçulmanos são vistas como originárias de fora do “Oriente Médio muçulmano” embora o que ocorra em seu interior seja passado de forma quase não contraditória. Além disso, a política interna dos movimentos e das próprias organizações islâmicas permanecem *top-down* especialmente no que concerne às questões das mulheres. Uma importante contribuição da perspectiva islâmica é a ênfase de alguns de seus proponentes puseram nas dimensões não militares da segurança, tais como a identidade religiosa e o pouco falada mas significativa redefinição de *jihad* (guerra santa) como uma luta contra a ‘violência estrutural’. Conforme observa Chaiwat Satha-Anand, existem na tradição islâmica ‘recursos férteis de pensamento não violento’ de modo que os atores islâmicos deveriam escolher considerá-los. O ponto aqui é que embora seja possível ver a perspectiva islâmica como a mais intransigente [...], seus proponentes deveriam repensar alguns preceitos-chave do Islã, um conceito como *jihad* que é frequentemente visto como um obstáculo à existência pacífica hoje poderia se tornar a base comum para

<sup>11</sup> O trecho assim está na redação original: “In sum, although the Islamist perspective makes a contribution by criticizing top-down and statist approaches to security, it still suffers from a conception of security that is directed outwards in that threats to Muslims are assumed to stem from outside the ‘Muslim Middle East’ whereas what goes on inside is rendered almost unproblematic. Moreover, the internal politics of Islamist movements and organizations themselves remain top-down especially concerning women’s issues. One important contribution the Islamist perspective has made is the emphasis some of its proponents have put on the non-military dimensions of security, such as religious identity and the little-pronounced but significant redefinition of *jihad* (holy war) as a struggle against ‘structural violence’. As Chaiwat Satha-Anand notes, there exist in the Islamic tradition ‘fertile resources of nonviolent thought’ should Islamist actors choose to tap them. The point here is that although it is possible to view the Islamist perspective as the most uncompromising [...], should its proponents choose to rethink some key precepts of Islam, a concept such as *jihad* that is often viewed as an obstacle to peaceful coexistence today could become the common ground for tomorrow’s debates between the Islamists and other actors (notably non-governmental actors at the local and global levels) on issues such as the structural causes of economic security, human rights, identity, human dignity and equality – that is, the nexus of security and emancipation”.

<sup>12</sup> Referência da autora a abordagem simplificadora que focaliza prioritariamente o Estado de forma coesa, homogênea e unitária, não pondo em evidência os conflitos em seu interior.

os debates futuros entre os islâmicos e outros atores (notadamente atores não-governamentais nos níveis local e global) sobre questões como as causas estruturais da segurança humana, direitos humanos, identidade, dignidade humana e igualdade – isto é, o nexa da segurança e da emancipação. (BILGIN, 2004, p. 33, tradução nossa).

A proposição dos CSS apontaria para a consecução de políticas de segurança comuns, aceitáveis para o todo e que não enfatizasse o recurso à força tampouco o benefício de alguns às expensas de uma parte. Contemplaria uma visão ampla de baixo para cima, de cima para baixo e além da abordagem estadocêntrica. Tal proposição não ignoraria as implicações de que uma proposta mais ampla de segurança seria indesejável a alguns (BILGIN, 2004, p. 36).

Outra proposição para o intento da segurança defendida pelos CSS apontaria pra o papel das comunidades de segurança do âmbito regional já existentes. Tomando como exemplo o Grupo de Trabalho de Segurança Regional e Controle de Armamentos, ele poderia desempenar papel maior na região. Vitalizar propostas como aquela feita pela Jordânia segundo a qual a redução de armamentos por parte de Estados os qualificaria a pleitear redução em suas dívidas externas. Mesmo que o pessimismo e os conflitos recentes e em andamento levantem objeções a essa e outras propostas semelhantes, a perspectiva dos CSS acentua a necessidade de uma alternativa à segurança caracterizada por uma ótica soma-zero (um ganha tudo e o outro nada), uma visão estatista e militar, que privilegie várias dimensões de segurança e uma miríade de atores políticos em vários níveis (BILGIN, 2004, p. 38).

#### 2.4 A “GUERRA CONTRA O TERRORISMO”

A análise dos ECS sobre a “guerra contra o terrorismo” também apresenta uma linha eclética. Objetivando configurar uma linha dos CSS com um rótulo provisório de “Critical Terrorism Studies”, objetiva colocar-se contra a perspectiva restrita do tema numa perspectiva *problem-solving* e em consonância com a ótica foucaultiana dos “regimes de verdade” entendidos como os entendimentos hegemônicos sobre tais fatos de e a

ausência uma linha demarcatória entre o Estado e a academia sobre o tema em pauta. A questão fundamental de tal análise gravita em torno do entendimento do caráter do conhecimento sobre terrorismo e a quem ele serve, bem como buscar uma abordagem não estadocêntrica.

Mencionando o recurso a abordagens etnográficas, gramscianas, genealógicas, contrutivistas, de desconstrução, de narrativa histórica, tais estudos chamam a atenção para a construção cultural feita pela mídia e pelo discurso cotidiano de modo a justificar o uso de tortura contra o terrorismo. Questionam a finalidade, a construção de imagens e de representações em torno do terrorismo. Ademais, questiona-se as possibilidades iminentes de transformação emancipatória no contexto das práticas contemporâneas de terrorismo e contra-terrorismo.

Reconhecendo o caráter embrionário de tais análises, os “Critical Terrorism Studies” reconhecem a vagueza e caráter amplo do significado do que seja “crítico”.

Por fim, entendem a importância dos enfoques críticos sobre o terrorismo questionarem o caráter trivial, a normalização da violência que afetam o cotidiano de vidas de vastas parcelas da população do globo (PEPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 113-114, 117).

## **2.5 AS MISSÕES DE PAZ E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO DE SEGURANÇA**

Com um enfoque identificado explicitamente com Cox, Michael Pugh analisa as missões de paz no período posterior à Guerra Fria.

Os principais pontos que caracterizam a proposta de Pugh são:

a) A existência de uma nova ortodoxia que pauta a segurança internacional no pós-Guerra Fria que tem como um exemplo paradigmático a nova configuração das forças de paz da ONU com diretiva voltada para parceria com organizações regionais e países do sul para diminuir custos operacionais, de vidas e com problemas envolvendo refugiados que possam migrar de áreas pobres para áreas ricas, muito embora a direção do processo seja de países industrializados que detêm dois terços dos cargos diretivos do Departamento de Operações de Paz do organismo supranacional mencionado. Enfim o que Pugh chama metaforicamente de uma espécie

de “subcontratação” e “descentralização”, além de um crescente unilateralismo que marginaliza a ONU no que refere às grandes temáticas. Tal perspectiva relega as missões de caráter mais coercitivo ao hegemom e suas coalizões por oposição àquelas de natureza mais branda relegadas à ONU (PUGH, 2004, p. 43-46, 53).

b) Reforço da ideologia, retórica e discurso humanitaristas nas ações das missões de paz e outras iniciativas (como as organizações não-governamentais que atuam em contratos com a agência governamental USAID) que acobertam interesses outros e reforçam o modelo “vítima-salvador” sem questionar ou vislumbrar causas e possíveis mudanças, deixando intacto o *status quo*. Ademais, busca absorver a simpatia e o apelo moral da “opinião pública” para tais iniciativas (PUGH, 2004, p. 48-50).

O autor explicitamente faz uso de abordagem filiada à perspectiva de Cox, mas ressalta também o uso de análises “pós-modernas”, referindo-se principalmente a Mark Duffield, assumindo claramente uma combinação de ambos (PUGH, 2004, p. 41). Desse autor, retira, dentre outros, o argumento de que a ajuda humanitária se tornou uma tecnologia de segurança (DUFFIELD, 2002, p. 54). A questão outrora alertada sobre o ecletismo aparece explicitamente.

## 2.6 A GUERRA NA ANTIGA IUGOSLÁVIA

A explicação alternativa a uma perspectiva estadocêntrica embasada na perspectiva tradicional de segurança para o conflito no país balcânico na última década do século XX se apóia em dois argumentos centrais:

1. A implementação de políticas do Estado federal iugoslavo na lógica de um etnofederalismo, privilegiando algumas repúblicas em detrimento de outras. As repúblicas que produziam bens manufaturados foram privilegiadas em detrimento das que forneciam matérias primas e produtos agrícolas no processo de desenvolvimento. Considerando a representação institucionalizada por etnias, esse processo contribuiu para o ressentimento entre elas. O investimento desproporcional prejudicou a Croácia e Kosovo (com o agravante da memória da postura pró-alemã dessas regiões na Segunda Guerra Mundial) e favoreceu a Sérvia, Eslovênia e Montenegro. Também a participação das elites des-

nas últimas regiões no Partido Comunista pesou nessa política. Pressões econômicas internas e externas completaram o quadro.

2. Um processo no qual grupos liberalizantes começaram a buscar fortalecer a sociedade civil e a oposição, culminando com uma cisão entre as instituições políticas e o Estado.

Tudo isso foi agravado com o sentimento nacionalista e antiético recíproco feroz e rápido das forças sociais que ascenderam ao poder nos anos 90 na Croácia e na Sérvia. Seguiu-se a secessão e a guerra (CRAWFORD; LIPSCHUTZ, 2002, p. 169-170, 172-174).

## 2.7 A SEGURANÇA INTERNACIONAL SOB A ÓTICA FEMINISTA E DE GÊNERO

Os enfoques claramente identificados com o feminismo nos CSS questionam as estruturas masculinizadas presentes na construção do objeto da segurança. Há dois exemplos a serem discutidos aqui. O primeiro trata explicitamente na perspectiva dos ECS a temática do gênero e do discurso no que refere as missões de paz das Nações Unidas. O segundo refere ao legado da URSS em termos de segurança nos nascentes países da Ásia Central no que refere especificamente à mulher.

O primeiro exemplo aborda a questão feminista em proposta eclética. Aborda o caráter *problem-solving* das missões da paz da ONU pelo fato da organização mencionada ver o problema da guerra de forma isolada do contexto mais amplo. Entende que tais missões possuem um caráter disciplinador numa perspectiva foucaultiana e em contexto contemporâneo fora da definição de guerra estadocêntrica de Clausewitz<sup>13</sup>. Na ótica do discurso voltado às mulheres, a ONU reconhece a importância e necessidade de maior participação feminina nas missões de paz nos anos 90. Todavia, seu discurso prioriza a hegemonia masculina e a hegemonia feminina presentes na modernidade, não deixando espaço para qualquer ambiguidade que caracteriza a construção social do gênero, conceito não

<sup>13</sup> Como é normalmente constatado em formulações dos CSS, autores clássicos como Clausewitz são mencionados mas sequer referenciados em seus textos originais. São tomadas fontes secundárias. Chama a atenção fato da autora creditar a Clausewitz o entendimento de que na guerra só há vitória absoluta e derrota absoluta (VAYRYNEN, 2004, p. 132). Faz uma única referência bibliográfica para o autor em todo o texto, mas não para a tese em questão e a maioria das outras formulações creditadas ao general prussiano. Para entendimento distinto e que faça jus ao autor citado no sentido de que vitórias e derrotas não são absolutas na guerra, consultar Clausewitz (1984, p. 590).

determinado física, biológica ou geneticamente e sim social e culturalmente (VÄYRYNEM, 2004, p. 127-128, 137-139).

O segundo exemplo analisa a situação das mulheres nos recentes Estados da Ásia Central surgidos após o fim da União Soviética. O legado stalinista sob um pretenso movimento no antigo império soviético objetivando a ‘emancipação’ feminista e a construção de um Estado secularizado com o real objetivo de enfraquecer a cultura islâmica e promover uma russificação. Manteve a mulher com o triplo fardo de fazer o trabalho doméstico, contribuir com a educação dos filhos e ser mão de obra do aparato industrial e militar de defesa da União Soviética. O legado autoritário stalinista e de uma cultura tradicionalista profundamente arraigada incidiu no pós-Guerra Fria após a debacle soviética. Fez reemergir as estruturas patriarcais islâmicas que se voltam contra uma presença da mulher no ambiente público, bem como ampla gama de discriminações.

Três questões bastante sugestivas são levantadas nessa análise. Uma refere à teoria: ela deve estar próxima às pessoas e às suas estórias reais em locais reais. Disso decorre a outra questão: segurança de quem? Não a segurança que envolvesse exércitos mas a segurança de uma sociedade na qual a mulher exercia um papel chave. Uma sociedade que supostamente buscava outrora a emancipação coloca em pauta a discussão de tal tem no âmbito dos ECS: não se pode chegar a formulações fáceis sobre tal tema e a sua concretização e significado (KENNEDY-PIPE, 2004, p. 103, 105).

Os estudos arrolados permitem constatar que os CSS com ênfase feminista e de gênero não tratam a segurança de uma perspectiva estado-cêntrica tampouco focada nos aspectos militares. No primeiro exemplo, observa-se a ausência de uma prudência para justificar uma justaposição de distintos autores com diferentes matrizes teóricas (Cox, Foucault, Clausewitz). Não há uma clara definição ou sugestão do tratamento do tema da segurança. Fala-se em hegemonia sem especificar qual a acepção específica do termo, dotado de várias possíveis definições. Por sua vez, o segundo exemplo trabalhado dá notícia da dificuldade que se tem nos alicerces da vertente quanto a um conceito central na matriz teórica que inspirou os ECS. A vagueza da definição do conceito de emancipação, uma dificuldade que acompanha a formulação dos próprios filósofos frankfurtianos, é um ponto reiterado no artigo analisado. Não sendo viável a emancipação

nas sociedades no âmbito do stalinismo, será possível nas sociedades sob a égide do liberalismo em escala global face as questões prementes de segurança depois da Guerra Fria? Em primeira avaliação, parece não haver tal preocupação de definição mais sistemática por parte das formulações referentes a gênero e ao feminismo. Faz-se necessário pensar, diante de tais exemplos, um conceito de segurança. Os indícios apontam para um conceito de segurança humana, focado no bem-estar da sociedade, independente do viés de gênero e que a emancipação deveria tomar em consideração esses elementos.

## 2.8 A SEGURANÇA INTERNACIONAL SOB A ÓTICA LIBERAL

Pode parecer estranho em primeiro momento que a Teoria Crítica e os ECS protagonizem dentro da vastidão de seus enfoques uma abordagem liberal.

Os exemplos dessa abordagem remetem a um conceito de emancipação que admitiu sentido distinto daquele originário do marxismo de Horkheimer. A emancipação é vista como objetivo passível de concretização sem romper com o *status quo* vigente em perspectiva mais ampla. Nesse sentido, as iniciativas que corroboram a governança global – conjunto de instituições, regras e acordos tácitos ou não – de cunho liberal são passíveis de identificação com a emancipação humana. Nesse sentido, a definição de emancipação estaria mais próxima da terceira geração dos teóricos da Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt. O principal expoente de tal geração seria Jürgen Habermas.

Como assinala Jahn (1998, p. 619), Habermas centra seu raciocínio na crítica da ideologia e não na crítica marxista do capitalismo porque a razão perdeu sua função emancipadora, sendo incorporada à racionalidade científica.

A proximidade de alguns enfoques da Teoria Crítica com o liberalismo também é afirmada por Villa (2008). Na mesma direção, Tara McCormack (2010, p.139-142) reconhece que a teoria crítica não consegue ir além de uma perspectiva idealista e liberal e as estruturas de poder existentes e da perspectiva liberal ao buscar defender justamente os direitos

que, em última instância, são identificados com essas mesmas estruturas mencionadas no âmbito internacional.

Exemplares nesse sentido em termos de análise de segurança são os trabalhos de Stamnes (2004), Stamnes e Jones (2000).

A avaliação de Stamnes focaliza a missão de paz da ONU destinada ao conflito da Macedônia desde 1993, a United Nations Protection Force (UNPROFOR), renomeada em 1995 como United Nations Preventive Deployment (UNPREDEP) até o fim de suas atividades em 1999. A autora, em resumo, ao desconstruir o discurso oficial e reconstruir toda a trajetória da força de paz referida, enxergou a contribuição não somente para o processo de paz, como também para o reconhecimento da identidade das populações assistidas. Houve significativa contribuição para o processo de eleições e da emancipação com a observação das fronteiras com a Albânia, monitoramento de eleições e da polícia local, a participação contributiva em movimentos sociais das mulheres e o desenvolvimento de várias atividades de desenvolvimento social e a consecução de direitos fundamentais em termos de assistência médica, transporte, ajuda humanitária e infraestrutura (STAMNES, 2004, p. 169-177).

Uma avaliação feita por Stamnes e Jones (2004) do contínuo e forte processo de violência e insegurança na história independente do Burundi aponta como causas profundas fissuras sócio-econômicas e étnicas naquele país. Reiterando não haver uma única metodologia tampouco fórmula única de análise dos CSS, a perspectiva propositiva e engajada com o propósito da segurança humana e emancipação no país analisado – tal como é característico da Teoria Crítica das Relações Internacionais – aponta para a direção do diálogo entre as etnias, a maior participação da sociedade civil neste processo e a criação de espaços públicos multiétnicos (STAMNES; JONES, 2004, p. 44-52).

### **3 UMA DEFINIÇÃO SOB A PERSPECTIVA GRAMSCIANA E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS**

O objetivo desta seção é a elaboração de raciocínio propositivo quanto à elaboração de políticas relacionadas à segurança dentro de uma perspectiva gramsciana. Não se pretende reproduzir os ecletismos ou dificuldades ou vagueza que permeiam a definição de emancipação no âmbito

dos enfoques do ECS. Ao contrário, dotado de uma perspectiva propositiva, o raciocínio pretende enveredar por uma formulação minimamente coerente na sua elaboração teórica interna e na relação entre aspectos teóricos e práticos. Deve ser ressaltado, contudo, que o caráter histórico das proposições gramscianas impede que a proposta aqui defendida se constitua em uma receita mecânica, única. Assim, Gramsci não possui um arcabouço teórico e analítico fixo, imutável. Ele é altamente identificado com a mudança das definições de suas categorias, ponto justamente em conformidade com a transformação e singularidade da história, elemento que também acompanha as várias possibilidades de definições de seus conceitos e categorias.

Gramsci jamais discutiu em sua obra especificamente o tema da segurança. Contudo, o arcabouço teórico e metodológico por ele legado não impede que se faça uma proposição nesse âmbito, mesmo que o temário internacional e de temas correlatos seja escasso e pouco sistemático no conjunto de seu *opus*. A provisoriidade com que encarava vários de seus escritos – particularmente os carcerários – e a perspectiva futura de desenvolvê-los e ampliá-los é um dos elementos que reforça a justificativa do empreendimento de enveredar por tal conceitualização, dado que Gramsci não via sua obra de modo dogmático e acabado. Antes pelo contrário, não somente prezava tal reelaboração e desenvolvimento crítico, como também vislumbrava a escrita, a reflexão e o debate tendo como parâmetro os adversários teóricos e intelectuais de maior envergadura.

Uma premissa metodológica fundamental da obra de Gramsci se coaduna com a perspectiva marxista da totalidade. Em suas análises e sob a chave da totalidade referida, Gramsci não separa noções e âmbitos analíticos como Estado e Sociedade Civil, teoria e prática, educador e educando, Sul e Norte italianos, nacional e internacional, estrutura e superestrutura – isto é, o âmbito das relações sociais e o nível do aparato coercitivo-jurídico-político –, política e economia, centro e periferia, guerra de posição e guerra de movimento, somente para citar alguns exemplos de sua perspectiva. Separar tais momentos e categorias seria algo aceitável apenas para fins didáticos, metodológicos.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Para uma boa introdução sobre tais perspectivas, ver Bianchi (2008) e Baratta (2004).

O que justifica uma elaboração gramsciana sobre o tema da segurança remete àquilo que ele chamou de traducibilidade ou tradutibilidade ou simplesmente “tradução”. Buscando uma “tradução” sob a ótica gramsciana e resgatando de modo análogo a sua formulação analítica no âmbito de uma totalidade, a separação entre segurança e insegurança seria concebível também do ponto de vista metodológico. A consecução de segurança para alguns implica no seu contrário para outros, ou seja, a insegurança<sup>15</sup>.

O recurso metodológico presente nos *Quaderni del cárcere* da “tradução” é uma metáfora do que ocorre na perspectiva linguística. Assim como nenhuma tradução de uma língua para outra pode ser mecânica sob pena de se tornar ininteligível, o uso de uma categoria em sua historicidade e cultura particulares requereria uma adequação (GRAMSCI, 1975, p. 2268). Tal é o ponto ao se tratar não somente das categorias de hegemonia, mas também no que concerne ao entendimento do conceito de segurança. “Traduzir” o conceito de segurança seria, parafraseando Gramsci, um desvio, mas também um enriquecimento voltada para o caráter peculiar do pós-Guerra Fria.

A tradução do conceito de segurança em chave gramsciana envolveria, em linhas gerais, uma percepção de especificidade histórica, social e cultural. Dentro dos parâmetros da elaboração gramsciana de um historicismo absoluto, caberia traduzir tal conceito dotando-o de uma historicidade própria. Por outras palavras, não se pode tomar mecanicamente a segurança para uma generalização.

De modo diverso, a perspectiva tradicional de segurança, na linha realista, neorealista e positivista, reduz o problema a uma forma ou fórmula única sem a preocupação de especificidade histórica ou cultural. De modo simplificado, o assim chamado “dilema de segurança” leva à avaliação de que os Estados estão sempre buscando aumentando suas capacidades econômicas e militares em face dos outros Estados buscarem o mesmo. Justamente ao buscar tal equilíbrio de modo a minorar essas ameaças por parte dos outros Estados, tal ensejo hobbesiano – de uma permanente desconfiança e competição à sombra do risco ou da possibilidade de deflagração

<sup>15</sup> Deve-se tal elaboração a Adam Morton, a quem se agradece. O uso da elaboração, todavia, é de responsabilidade do autor. Ela foi sugerida ao autor no Seminário “Antonio Gramsci: a periferia e os subalternos”, promovido em Marília (SP) pela International Gramsci Society de 15 a 18 de agosto de 2011.

da violência no além-fronteiras – sugere uma generalização do raciocínio mais geral sobre a segurança, ignorando as particularidades e conflitos internos dos Estados envolvidos.

Veja-se exemplificação. Do ponto de vista global, “zonas de conflito” só fazem sentido se analisadas conjuntamente às “zonas de paz” do globo. Conforme sustentam Adam Morton e Pinar Bilgin (2002, p. 69), a centralidade da exportação de armas por muitas economias ocidentais certamente evidencia a contradição entre as áreas mencionadas.

De modo semelhante, não se pode afirmar a autonomia estrita da esfera da política em relação às demais (econômica, jurídica, ética etc.) subordinando as demais em função dos aspectos de poder e de interesse, como sustenta Morgenthau (2008, p. 22), clássico do realismo político. Um realista de formulação mais recente, Robert Gilpin, é lembrado por Adam Morton e Pinar Bilgin (2002, p. 69) por raciocínio semelhante quando dá notícia de que as dimensões política e econômica têm existências independentes, cada qual com sua própria lógica, a despeito de uma interação recíproca (GILPIN, 2002, p. 27).

A abordagem aqui proposta chama a atenção sobretudo para o entendimento de uma correspondência teórico-prática. Não faz sentido uma generalização de cunho abstrato como fazem os enfoques já mencionados. Como seria o diagnóstico e uma avaliação de uma política em perspectiva crítica nos termos anunciados?

Um primeiro ponto a ser considerado: um tratamento diferenciado do plano interno do que ocorre no interior das sociedades dos distintos Estados.

O Estado não é um ente monolítico, homogêneo, coeso. Muito embora a manifestação do Estado com relação a sua política pareça unívoca, elaboração e execução de suas políticas externa e de defesa, por exemplo, são atravessadas por conflitos envolvendo grupos, classes e suas respectivas frações.

Dada a sua nova complexidade adquirida ao longo da história, o Estado não pode ser apartado da sociedade civil (GRAMSCI, 1975, p. 763, 764, 810, 811, 1589 e 1590). Tampouco o Estado pode ser visto como o domínio da coerção, da força. Tal separação é apenas metodológi-

ca. Assim como o centauro maquiaveliano, fonte de inspiração de Gramsci e uma de suas importantes metáforas na construção de seu pensamento, não sobrevive separando a parte humana e a parte fêrina, também o Estado e a sociedade civil são organicamente vinculados.

Como todos os exemplos mencionados no texto podem ser articulados à luz das reflexões teórico-metodológicas de Gramsci e a partir de Gramsci? Como é possível pensar e formular políticas sob tal referencial, uma vez que o horizonte de Gramsci de construção de uma nova hegemonia acena inclusive para a superação do modo capitalista de vida?

Gramsci avaliou em sua obra carcerária a dificuldade de se “traduzir” a experiência da revolução russa de 1917 para as democracias ocidentais em face da maior complexidade de suas respectivas sociedades civis, de todo o aparato privado –escolas, igreja, mídia, universidades, sindicatos etc. - que leva à hegemonia, a uma direção moral, intelectual, política, econômica, cultural, social, uma verdadeira concepção de mundo dirigente de um grupo ou fração de classe sobre as demais. Buscar ganhar espaços pouco a pouco para a construção de uma sociedade integral expressa metaforicamente como uma verdadeira “guerra de posição”, por oposição à experiência russa, o assalto ao aparelho estatal como uma “guerra de movimento” (GRAMSCI, 1975, p. 1572, 1622, 1623).

A construção de uma nova hegemonia passaria por uma luta no âmbito dos aparelhos privados de hegemonia. Em face das dificuldades, o momento atual de luta é de uma guerra de posição para se buscar tal nova hegemonia, tanto no plano nacional como no internacional. Superar a atual hegemonia e substituí-la por outra requer longa e difícil luta. Como traduzir isso em termos de formulação de políticas de segurança e defesa? Trata-se de buscar uma coalizão internacional contra-hegemônica? Trata-se de entender a luta proposta nos termos gramscianos como a da “guerra de posição”?

Gramsci entende toda ação política como uma luta pela hegemonia e não cita a idéia de contra-hegemonia<sup>16</sup> na sua obra. Tal entendimento pode levar a alguns entendimentos precipitados, os quais se quer evitar com a presente contribuição.

<sup>16</sup> A idéia de uma contra-hegemonia foi elaborada pelo crítico literário Raymond Williams (1977, p. 116).

Tomando-se uma formulação de Adam Morton, não se trata de buscar apresentar Gramsci como um profeta ou redentor tampouco como alguém que tenha somente acertado em suas formulações e análises. Deve-se buscar desenvolver e formular a partir de suas proposições, mas deve-se atentar para eventuais falhas e equívocos nas suas avaliações. Deve-se colocar contra e a favor de Gramsci (MORTON, 2007, p. 2, 36, 38, 201). Em função de Gramsci buscar análises em perspectiva absolutamente identificadas com as especificidades históricas, não se pode colocar um receituário ou uma fórmula única para pensar questões vinculadas à segurança e defesa também. Gramsci criticou as interpretações fatalistas e deterministas do marxismo que defendiam justamente raciocínios de inevitabilidade do socialismo e da revolução ou o caráter economicista e unidimensional de certas análises. Nesse mesmo sentido, Gramsci não defendeu como fórmula única para a construção de uma nova hegemonia ou de uma emancipação a guerra de posição. Ao contrário da posição de Ken Booth tratada neste texto que coloca *a priori* os meios para a luta, o que determina tais meios é a avaliação objetiva das condições históricas em suas respectivas singularidades. A luta na perspectiva da guerra de posição não exclui a guerra de movimento. Pode haver ambas na mesma conjuntura histórica ou não (GRAMSCI, 1975, p. 122). A luta para a construção de uma nova hegemonia na perspectiva de guerra de posição envolve as distintas sociedades civis no globo. Ela possui uma vinculação orgânica entre o plano nacional e o plano internacional. Contemplar tal perspectiva na formulação de políticas implica justamente saber avaliar o conjunto das forças, classes, grupos sociais e condições materiais em jogo em dado momento histórico, aquilo que Gramsci chamou de bloco histórico. As políticas de um Estado devem caminhar na direção de uma hegemonia que questione o *status quo* em conformidade com as condições existentes, sem que isso signifique um modelo único e esquemático. A perspectiva a ser buscada é a segurança em sentido amplo e não tradicional, estadocêntrico.

Diante do exposto, coloca-se contrariamente à interpretação proposta por outro expoente dos CSS, Richard Wyn Jones, de que a estratégia revolucionária para a emancipação proposta por Gramsci é a da guerra de posição (JONES, 1999, p. 148, 160). Jones aproveita o ensejo para inserir tal orientação para a inserção teórico-prática de intervenção dos CSS. Há

muitas interpretações semelhantes àquela de Jones, apresentando Gramsci como o profeta da sociedade civil “organizada” e um defensor de conquista de espaços na sociedade civil na democracia.

Entende-se que a obra de Gramsci é fragmentária, incompleta e assistemática. Assim, não há uma única leitura de Gramsci tampouco um “Gramsci verdadeiro”. Todavia, não se pode escapar a ressalvas para certas apropriações do pensamento do comunista italiano.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de segurança no pós-Guerra Fria advogado pelos representantes dos CSS cobre ampla gama de dimensões: humana, ecológica, econômica. Acrescentaria a perspectiva do “dever-ser” dessas dimensões uma transformação em que a segurança não fosse pautada pelo viés do gênero.

Ampla gama de atores políticos é considerada, buscando superar a perspectiva estadocêntrica. Contudo, vários pontos permanecem sem solução nas abordagens dos ECS.

Conforme já se chamou a atenção, há a necessidade de se conceituar temas vagos e amplamente usados pelas diferentes ênfases e vertentes que compõem a Teoria Crítica.

Há consequências para a teoria e para o método a partir dessas definições. Não se trata de buscar reproduzir a cisão rígida tradicionalmente enseja pelo viés tradicional da ciência e das principais vertentes teóricas das Relações Internacionais. Mas sim entender a necessidade de adequar a especificidade do objeto situado histórica, social e culturalmente às categorias usadas para a análise.

A Teoria Crítica e a maioria de seus representantes se esquiva em responder sobre o sentido mais específico da emancipação e buscar sair da vagueza que permeia essa categoria desde a ênfase a ela atribuída pelos teóricos frankfurtianos.

A especificidade e historicidade que as categorias possuem numa perspectiva marxista demandaria claramente uma elaboração que buscasse

justamente atualizar o diagnóstico histórico feito por Horkheimer e traçar uma definição precisa que apontasse consequências para a definição de segurança nas mais diferentes dimensões e nas perspectivas de bem-estar humano.

Conforme já escrito, a perspectiva horkheimiana é distinta daquela gramsciana. Se essa for eventualmente uma “via” abraçada por um teórico crítico, deve-se precisar o sentido de segurança em vista da consecução de uma nova hegemonia.

Ainda que existam tais diferenças, fica clara a distância de uma definição dos dois autores em relação a uma perspectiva liberal. E paradoxal que a reflexão de Horkheimer e Gramsci passe pelo temário das classes sociais e ele está quase que totalmente ausente nas análises dos CSS.

É evidente que há divergências na maneira de definir emancipação e que pode haver formulações divergentes das de Horkheimer. Assim como pode haver uma leitura liberal de Gramsci. Em sendo assim, tais referenciais teóricos devem ser tornados claros. Não se pode justapor perspectivas divergentes entre si do próprio marxismo ou mesmo justapor pontos do marxismo com a perspectiva liberal.

Tais pontos deveriam ser bastante esclarecidos e aprofundados sob pena da Teoria Crítica não passar mesmo de um enfoque liberal com outro rótulo e roupagem em face do seu conteúdo normativo, de identificação com a emancipação, o bem-estar, o “dever-ser” de uma sociedade.

Nunca é demais lembrar, a título de exemplificação, que a perspectiva multidimensional da segurança sob a chave da interdependência complexa está presente no enfoque liberal (KEOHANE; NYE, 1989). Para a Teoria Crítica, diferenciar-se claramente da abordagem liberal a despeito de terem um ponto em comum é um ponto de grande importância. Afinal, ela precisa reiterar sua peculiaridade e diferença em relação às outras teorias.

No que refere ao pós-Guerra Fria, urge que os CSS busquem entender os processos de conflito e a busca por segurança numa perspectiva molecular, para continuar formulando em termos gramscianos. Entender as relações de força em vista dos grupos, classes é um ponto no qual as formulações críticas têm deixado a desejar e pode constituir um relevante diferen-

ciador em relação às outras vertentes teóricas. A “tradução”, a crítica e a visão holista, de totalidade dos processos deve acompanhar tal perspectiva.

Num momento histórico em que uma grande referência do conflito no âmbito internacional não se adéqua por excelência ao referencial estatal – lembre do 11 de setembro e do terrorismo -, as análises da Teoria Crítica ainda têm longo caminho a percorrer para dar conta parcialmente dessa compreensão, até em função de seu traço de uma crítica imanente.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. The periphery as the Core: the third world and the security studies. In: KRAUSE, K. ; WILLIAMS, M. C. (Ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. London: University College London Press, 2002. p. 299-326.

BARATTA, G. *As rosas e os cadernos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo, Alameda, 2008.

BILGIN, P. Re-visioning security in the Middle East: a critical security studies perspective, mimeo. Comunicação apresentada à ECPR Joint Sessions Workshop, Mannheim, 26-31 March 1999.

\_\_\_\_\_. Whose ‘Middle East’? Geopolitical inventions and practices of security. *International Relations*, v. 18, n. 1, p. 25-41, 2004.

\_\_\_\_\_. ; MORTON, A. D. Historicising representations of failed states: Beyond the cold-war annexation of the social sciences? *Third World Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 55-80, fev., 2002.

BOOTH, K. Acordem! Nossos relógios estão lentos em relação ao nosso tempo. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 249-266, maio/ago., 2008.

\_\_\_\_\_. Security and self: reflections of a fallen realist. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. London: University College London Press, 2002. p. 83-119.

\_\_\_\_\_. *Theory of world security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CAMPBELL, D. Poststructuralism. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Ed.). *International relations theories : discipline and diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 203-228.

CLAUSEWITZ, C. von. *On war*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

COX, R. W. Social forces, states and world orders: Beyond international relations theory. *Millenium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

\_\_\_\_\_. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*, New York: Routledge, 2002.

CRAWFORD, B. ; LIPSCHUTZ, R. D. Discourses of war: security and the case of Yugoslavia. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. London: University College London Press, 2002. p. 149- 185.

DEVETAK, R. Critical theory. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A. (Org.). *Theories of international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005a. p. 137-160.

\_\_\_\_\_. Postmodernism. In: BURCHILL, S. LINKLATER, A. (Org.). *Theories of international relations*. 3. ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005b. p. 161-187.

DUFFIELD, M. War as a network enterprise: the new security terrain and its implications. *Cultural Values*, v. 6, n. 1/2, p. 153-165, 2002.

GILL, S. *The Global Panopticon? The Neoliberal State, Economic Life, and Democratic Surveillance*, Alternatives: Global, Local, Political, Vol. 20, No. 1, Jan.-Mar. 1995, pp. 1-49.

\_\_\_\_\_. ; LAW, D. Global hegemony and structural power of capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 476-499, dec., 1989.

GILPIN, R. *A economia política das relações internacionais*, Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: \_\_\_\_\_; ADORNO, T. W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68. (Os Pensadores, n.16).

JAHN, B. One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. *Millenium: Journal of International Studies*, v. 27, p. 613-641, 1998.

JONES, R. *Wyn. Security, strategy, and critical theory*. London: Lynne Rienner, 1999.

KENNEDY-PIPE, C. Whose security? State building and the 'emancipation' of women in Central Asia. *International Relations*, v. 18, n. 1, p. 91-107, 2004.

KEOHANE, R.; NYE, J. *Power and interdependence*. Harvard: Harper Collins, 1989.

KRAUSE, K. Critical theory and security studies: the research programme of critical security studies. *Cooperation and Conflict*, v. 33, n. 3, p. 298-333, 1998.

\_\_\_\_\_.; WILLIAMS, M. C. Preface: toward critical security studies, In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Critical security studies: Concepts and cases*. London: University College London Press, 1977. p. VIII-XXI.

LAL, P. P. Critical security studies: deconstructing the national security state: towards a new framework of analysis. *SSRN – Social Science Research Network*, (May 15, 2004). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2218669>> or <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2218669>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

LINKLATER, A. Citizenship, humanity, and cosmopolitan harm conventions. *International Political Science Review*, v. 22, n. 3, p. 261-277, jul. 2001.

MCCORMACK, Tara. *Critique, security and power: the political limits to emancipatory approaches*, New York: Routledge, 2010.

MORGENTHAU, H. *A política entre as nações: a luta pelo poder e a paz*. Brasília: Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MORTON, A. D. Social forces in the struggle over hegemony: neo-gramscian perspectives in international political economy. *Rethinking Marxism*, v. 15, n. 2, p. 153-179, apr., 2003.

\_\_\_\_\_. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto Press, 2007.

MURPHY, C. Understanding IR, understanding Gramsci. *Review of International Studies*, v. 24, n. 3, p. 417-425, 1998.

MUTIMER, D. Reimagining security: the metaphors of proliferation. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. London: University College London Press, 2002. p. 187-220.

OLIVEIRA FILHO, J. J. A reflexão metodológica em Florestan Fernandes. *Revista USP*, n 29, p. 82-85, mar./maio, 1996.

\_\_\_\_\_. Patologias e regras metodológicas. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 263-268, 1995.

PASSOS, R. D. F. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 2, p. 1-19, 2013.

PEOPLES, C.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. *Critical security studies: an introduction*. New York: Routledge, 2010.

PRICE, R. REUS-SMIT, C. Dangerous Liaisons? critical international theory and constructivism. *European Journal of International Relations*, v. 4, n. 3, p. 259-294, 1998.

PUGH, M. Peacekeeping and critical theory. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 39-58, Spring 2004.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

RUPERT, M. *Producing hegemony: the politics of mass production and American Global Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SCHOUTEN, P. *Theory Talk: Robert Cox on world orders, historical change, and the purpose of theory in international relations*. 2009. Disponível em: <<http://www.theorytalks.org/2010/03/theory-talk-37.html>>. Acesso em: 14 set 2010.

STAMNES, E. Critical security studies and the United Nations Preventive Deployment in Macedonia. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 161-181, Spring 2004.

\_\_\_\_\_. ; JONES, R. W. Burundi: a critical security perspective. *Peace and Conflict Studies*, v. 7, n. 2, p. 37-56, nov. 2000.

VÄYRYNEN, T. Gender and UN peace operations: the confines of modernity. *International Peacekeeping*, v.11, n.1, p. 125-142, Spring, 2004.

VILLA, R. D. Segurança internacional e normatividade é o liberalismo o elo perdido dos critical securities studies? *Lua Nova*, São Paulo, v. 73, p. 95-122, 2008.

\_\_\_\_\_. ; REIS, R. R. A segurança internacional no Pós-Guerra Fria: um balanço da teoria tradicional e das novas agendas de pesquisa. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, ANPOCS, n.62, p. 19-51, 2006.

WALTZ, K. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WHITWORTH, S. *Feminism and international relations: towards a political economy of Gender in interstate and non-governmental institutions*. Basingstoke: Macmillan, 1994.

WILLIAMS, M. C. A Reply to Erikson: critical contributions: Reply to Erikson. *Cooperation and Conflict*, v. 34, n. 3, p. 341-344, 1999.

WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.